

1468

Índios só aceitam negociação com Santilli na aldeia

O PRESIDENTE DA FUNAI CHEGA HOJE A BELÉM E QUER QUE OS ÍNDIOS VENHAM À CAPITAL CONVERSAR SOBRE INVASÕES

Os índios sublevados da aldeia Tembê, no Alto Rio Guamá, divisa com o Maranhão, fizeram ontem mais um refém: o administrador da Funai em São Luís do Maranhão, José Aarão Marize Lopes, um índio guajajara. Agora já são cinco os reféns em poder dos índios. Os outros quatro são Wellington Figueiredo, que veio de Brasília, na condição de representante do presidente da Funai, para negociar com os índios; Francisco (Chico) Potiguara, chefe do Posto Indígena do Canindé, na reserva do Alto Rio Guamá; Regina Célia Fonseca e Paulo Sérgio Brabo, ambos da Divisão Administrativa da Funai em Belém.

Segundo informações da Funai em Belém, os reféns estão amarrados no meio da aldeia Tembê e estão sendo alimentados com xibé (pirão de farinha com água). Entretanto, mesmo essa minguada ração, os índios ameaçam suspender caso o presidente da Funai, Márcio José Brando Santilli, se recuse a comparecer à aldeia para negociar diretamente com os caciques das tribos Tembê, Guajajara, Timbiras, Kaapor e Awa-Guajá, que habitam a reserva de 270 mil hectares, entre os rios Guamá e Gurupi.

Mário Ferreira, administrador substituto da Funai em Belém, declarou-se surpreso com a reação dos índios. Segundo ele, a Funai não esperava essa reação, que caracteriza o confronto entre os índios e a Funai. Apesar do clima de beligerância que deu a tônica às negocia-

ções de ontem, funcionários da Funai em Belém admitem que a paciência dos índios tenha chegado ao limite e que, a partir do limite crítico a que chegou a situação, qualquer desfecho é imprevisível, não estando descartada a possibilidade de um confronto armado entre índios e posseiros.

Claudemir Monteiro, da Regional do Conselho Indigenista Missionário em Belém (Cimi), acusa a Funai e diz que a invasão das terras dos índios foi facilitada por funcionários do órgão, que beneficiaram fazendeiros e grileiros. Segundo ele, a Funai não pode demonstrar surpresa com a situação porque o órgão de proteção aos índios está muito bem informado de que desde 1993 eles estão se organizando em investidas contra os brancos invasores. "Já foram queimadas casa de posseiros, destruídas pontes e confiscados alimentos e animais dos invasores. Desde 93, três brancos já foram mortos pelos índios e tudo isso é do inteiro conhecimento da Funai", acusa.

Ontem, 700 guerreiros das várias tribos reunidas na aldeia Tembê, ameaçaram queimar duas serrarias no interior da reserva e expulsar à força os invasores, que somam perto de oito mil e ocupam 60% das terras indígenas do Alto Rio Guamá. Mesmo assim, Mário Ferreira afirma que, apesar de tensas, as negociações estão sendo mantidas. Entretanto, ele confessa não saber até quando os índios estão dispostos a negociar.



Tembê na aldeia, no Alto Rio Guamá: rebelado contra a Funai

NEGOCIAÇÃO FEITA DIRETAMENTE COM A FUNAI EM BRASÍLIA

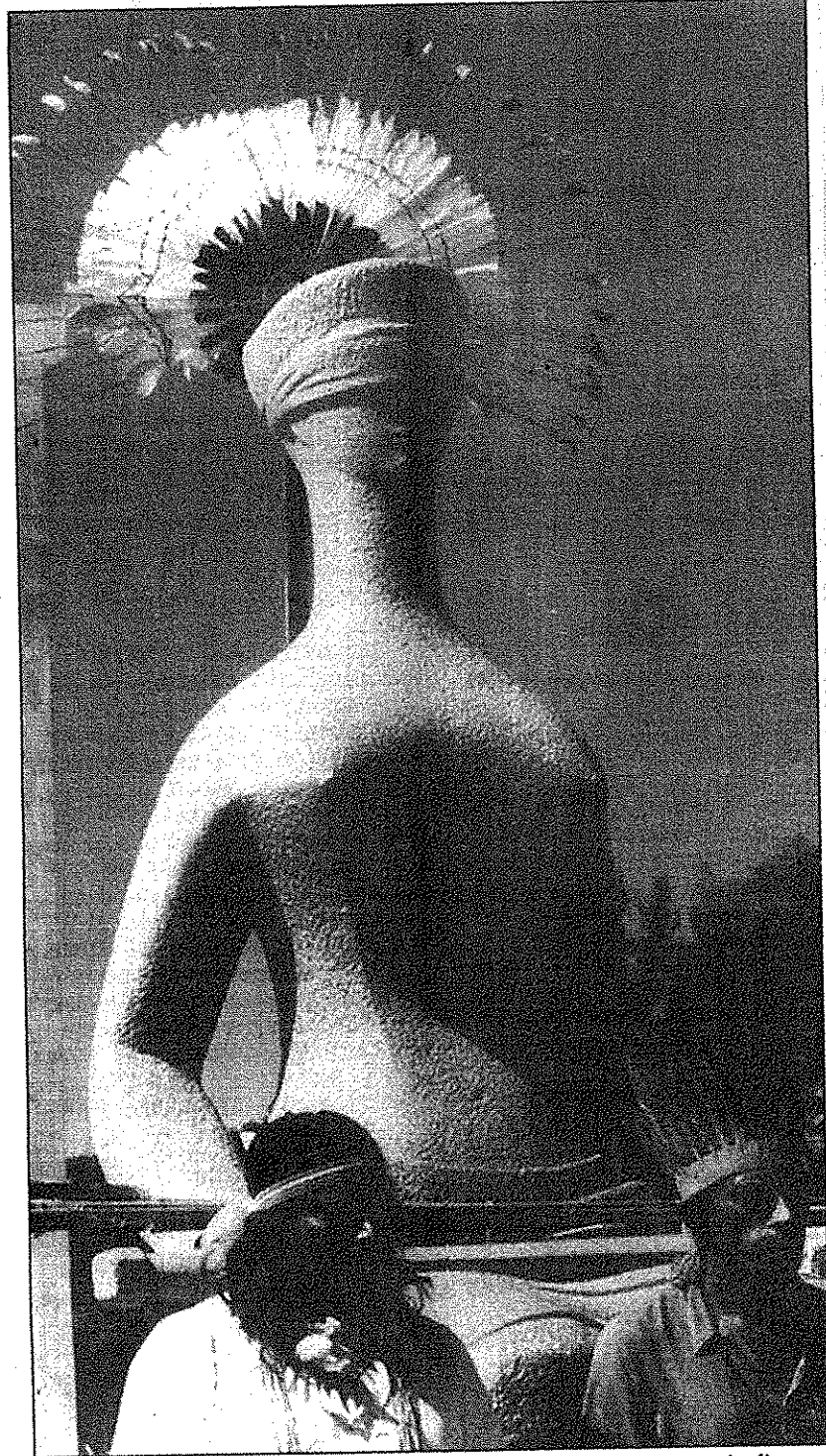
Márcio José Brando Santilli, presidente da Funai, chega hoje em Belém. Ele se desloca de Brasília e deverá ficar na Administração Regional da Funai em Belém, de onde tentará, via rádio, convencer os Tembês a virem a Belém para negociar com ele. Ontem, Márcio Santilli fez duas propostas aos índios que as recusaram.

Santilli propôs inicialmente um encontro com as lideranças indígenas na rodovia Pará-Maranhão, em um trecho limite entre os Estados do Pará e do Maranhão. Os índios recusaram. Depois ele propôs o encontro em Belém e os índios se propuseram a reunir o conselho para discutir a proposta, prometendo para hoje a resposta.

Os índios se apoderaram do equipamento de rádio do Posto da Funai

no Canindé e estão fazendo as negociações por conta própria, sem a intermediação dos funcionários da Funai. Eles também descartaram a Administração Regional da Funai em Belém como mediadora das negociações e passaram a se comunicar diretamente com Brasília.

As últimas informações a que a Funai de Belém teve acesso davam conta de que os índios tinham um plano original de invadir e ocupar a Administração Regional da Funai em Belém, mas que desistiram da ideia e optaram por fazer reféns entre os funcionários que foram até a reserva para negociar uma solução pacífica às invasões das terras deles. Terminaram prendendo todos e ameaçam não mais alimentá-los caso o presidente da Funai não vá à aldeia Tembê.



A estátua da Justiça, em Brasília, adornada com um cocar indígena

PROTESTO CONTRA AS NOVAS REGRAS DE DEMARCAÇÃO

Brasília (AE) - Já estão definidas as primeiras áreas indígenas que terão o decreto de homologação assinado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, depois da mudança das regras para demarcação de terras. No Estado de Roraima, serão homologados os 8.182 hectares da área Canaunim, dos povos Macuxi e Uapixana; 14.217 hectares da área Jabuti, também dos Macuxi e Wapixana; outros 14.084 hectares da área Ibirama, dos Guarani Mbíia, A'Andeva e Xoclog, em Santa Catarina; e os 5.305 hectares da área Maxacali, do povo Maxacali, em Minas Gerais, também serão homologados.

Os decretos de homologação sairão nos próximos dias e elevarão para 21 o número de áreas em fase final de demarcação, que só dependem agora de registro. As novas quatro áreas também estão sujeitas à revisão caso sejam contestadas na Justiça, segundo a interpretação de um ministro do Supremo Tribunal Federal. Mas o governo alega que assumiu um compromisso político de respeitar os direitos das terras já homologadas e indenizar aqueles que se sentirem prejudicados. Isso evitaria uma avalanche de ações na Justiça. A nova regra de demarcação de terras indígenas, contestada ontem em ato público na Praça dos Três Poderes, faz parte do Decreto 1.775, em vigor há dez dias.

Ao mesmo tempo, serão assinadas pelo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Santilli, dez portarias declaratórias reconhecendo as seguintes terras como indígenas: 1.200 hectares em Águas Belas (BA), 38.000 hectares

em Ava-Canoeiro (GO), 169.139 hectares em Escondido (MT), 10.900 em Guató (MS), 153.350 em Caripuna (RO), 420 mil em Massaco (RO), 490 mil em Panará (divisa de MT/PA), 113.200 ao longo do rio Apaporis (AM), 414.300 ao longo do Rio Téa (AM) e 36.864 em Tereza Cristina (MT).

As portarias declaratórias são o primeiro passo do processo administrativo de demarcação. O Ministério da Justiça poderá ainda incluir mais três áreas, elevando o número de portarias para 13.

MANIFESTAÇÃO - Revoltados com as novas regras para demarcação de terra indígena, um grupo de cerca de 50 índios, representantes do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib) e parlamentares protestaram ontem na Praça dos Três Poderes. Os índios colocaram cocar na estátua da Justiça, que fica em frente ao Supremo Tribunal Federal. O "Manifesto pela Revogação do Decreto 1.775", lido na praça, foi também protocolado no Palácio do Planalto. Uma comissão de parlamentares e índios tentou entregar o documento diretamente ao presidente Fernando Henrique, mas ele se encontrava em visita ao Tribunal de Contas da União.

O manifesto responsabiliza o presidente e o ministro da Justiça, Nelson Jobim, "por cada palmo de terra roubado dos povos, por cada gota de sangue indígena que cair no chão pelas mãos assassinas dos pistoleiros, dos fazendeiros, madeireiros, usineiros, empresários, mineradoras, municípios, Estados e outros interesses políticos e econômicos".